

**MESA-REDONDA: A RELAÇÃO GOVERNO-ACADEMIA-EMPRESA: UMA ARTICULAÇÃO E A ATUAÇÃO DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE INOVAÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MERCADO**

*Carlos Roberto Bueno  
Coordenador de Extensão  
bueno@inpa.gov.br*

A Amazônia é uma questão nacional, política, cultural, científica e tecnológica. A Amazônia Brasileira ocupa uma área de aproximadamente 60% do território nacional e é habitada por cerca de 25 milhões de brasileiros (equivalentes a 12% da população) e que demanda fortes políticas públicas relacionadas a educação, saúde, segurança, segurança alimentar, entre outras, mas devem ser alinhadas ao uso e conservação de seus complexos e delicados ecossistemas.

Os modelos de desenvolvimento adotados ainda têm sido incapazes de aproveitar as potencialidades naturais de forma eficiente, ocorrendo em passivos socioambientais de grande magnitude, baixa eficiência no uso de recursos financeiros e falta de comprometimento com interesses regionais. A reversão deste quadro impõe à Ciência, Tecnologia e Inovação um novo desafio para alcançarmos uma economia mais justa socialmente e ambientalmente saudável.

Apesar dos avanços no conhecimento científico no entendimento do bioma Amazônia nas suas diferentes vertentes relacionadas às funções ecológicas desempenhadas pelos ecossistemas, clima, biodiversidade e diversidade cultural, muito desse conhecimento ainda necessita ser transladado ao setor produtivo e aos mecanismos de mercado para geração de renda. Este novo paradigma necessariamente passa pelo estímulo à geração e disseminação de tecnologias para o desenvolvimento sustentável. A inovação tecnológica tem um papel central neste desafio, tentando responder às demandas amazônicas e do país como um todo, principalmente nas dimensões associadas à segurança alimentar, uso da biotecnologia em processos produtivos, conservação e uso sustentável da biodiversidade.

As Instituições de Ensino e Pesquisas têm um papel fundamental neste cenário dada sua experiência e o conhecimento científico e tecnológico já produzido na região. O desafio consiste em preparar-se para produzir de forma eficaz e eficiente a ciência, tecnologia, capacitação de recursos humanos altamente qualificados e a inovação de tecnologias no contexto da economia verde.

O modelo de desenvolvimento buscado para a Amazônia precisa ser desafiador, inovador e único. Nesta região ainda é possível a concepção de um modelo de produção e consumo sustentável dos recursos naturais que permita não somente o desenvolvimento social e econômico da região, mas também a conservação da natureza e da cultura dos povos ribeirinhos e indígenas que nela habitam há séculos. Esse modelo deve responder às exigências das sociedades brasileira e internacional quanto à mitigação dos

problemas ambientais que afetam a Terra. O desafio de transformar o capital natural da Amazônia em ganhos econômicos e sociais de maneira ambientalmente sustentável é singular. Não existe um “modelo” a ser copiado, pois não há sequer um país tropical desenvolvido com economia baseada em recursos naturais diversificados, principalmente de base florestal, intensivo uso de C&T de ponta e força de trabalho educada e capacitada na utilização dos conhecimentos adquiridos.

As demandas do mercado global por água, energia, alimentos, biocombustíveis e fármacos, bem como a crescente preocupação mundial com os riscos para a humanidade decorrentes de práticas ambientais destrutivas, aumentaram a importância geopolítica da Panamazônia e de seus recursos naturais. Grandes investimentos em infraestrutura, energia e exploração mineral na região estão previstos para realização no curto prazo, o que acrescenta ao desafio de um novo padrão de desenvolvimento a questão da urgência. Somente a atribuição de valor econômico à floresta em pé permitirá a ela competir com outros usos que pressupõem sua derrubada ou degradação, e somente C,T&I poderão mostrar o caminho de como utilizar o patrimônio natural sem destruí-lo.

O patrimônio natural Amazônico e os serviços ambientais por ele prestados devem ser vistos como base para uma verdadeira revolução da fronteira da ciência, que deverá prover a harmonia entre o desenvolvimento regional e a conservação ambiental. A utilização racional dos vastos recursos naturais da Amazônia deve ser incorporada definitivamente às estratégias de desenvolvimento nacional.

A carência de recursos humanos especializados na realidade da Amazônia e de infraestrutura de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, por todos reconhecida, é, sem dúvida, um entrave básico a ser superado. A necessidade de se resgatar o planejamento e integrar suas várias dimensões, visando a uma agenda prioritária que oriente a articulação dos projetos de pesquisa e das instituições com a coordenação das políticas ministeriais, de forma a fortalecê-los e associá-los aos problemas e demandas da região. Este planejamento deve ser continuamente atualizado em face das rápidas mudanças que ocorrem na Amazônia.

O INPA foi criado em 1952 com a finalidade de realizar o estudo científico do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional. A atual missão é de gerar e disseminar conhecimentos e tecnologias e capacitar recursos humanos para o desenvolvimento da Amazônia.

Os focos de pesquisa do INPA são quatro: biodiversidade (conhecer a diversidade biológica da região amazônica e seus diversos aspectos ecológicos); tecnologia e inovação (aplicar o conhecimento adquirido sobre recursos naturais para o desenvolvimento de técnicas, processos e produtos que atendam as demandas socioeconômicas); dinâmica ambiental (entender o ecossistema amazônico nos seus diferentes componentes: físicos, biológicos, químicos e sociais); e sociedade, ambiente e saúde (analisar a dinâmica das populações e suas implicações socioambientais, com vistas à manutenção da qualidade de vida).

Em 2004, o Governo federal criou a Lei de Inovação Tecnológica, que trata do incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Essa lei visa estimular a criação de ambientes especializados e cooperativos de inovação; a participação de Instituições Científicas e tecnológicas (ICT) no processo de inovação; fomentar a inovação nas empresas; estimular o inventor independente e estimular a criação de fundos de investimentos para a inovação.

As pesquisas tecnológicas têm como objetivo principal a geração de oportunidades de renda e trabalho para a população a partir do uso sustentado dos recursos naturais da região. Até o momento, o INPA tem registradas no INPI 64 patentes (com um total de 166 produtos e processos), outras quatro patentes internacionais depositadas nos Estados Unidos e na Comunidade Europeia. Cerca de 35% das patentes estão inseridas na área de tecnologia de alimentos, 22% em produtos florestais, 17% em ciências da saúde e as demais nas áreas da agricultura, produtos naturais e outras áreas estratégicas.

A Coordenação de Extensão Tecnológica e Inovação do INPA articula as suas ações dentro da política do governo federal que alinhado ao termo de compromisso e gestão e ao plano diretor, vislumbra uma gestão dentro do conceito da hélice tríplice (governo, ICT e mercado), a qual nos permite no modelo de atuação do INPA acrescentar a sociedade como a 4ª hélice para promover a inovação e o desenvolvimento social.

A incubadora de empresas do INPA foi criada em 2002, mas somente a partir de 2009 com sua repaginação passou a fazer parte do modelo de gestão da inovação integrada do Instituto inserindo na coordenação de extensão tecnológica e inovação.

Com base na promoção à inovação da área científica e tecnológica, a incubadora do INPA, hoje sediada no prédio da Extensão e Inovação Tecnológica desde março de 2013, incuba, atualmente, 7 (sete) empresas na modalidade de incubação piloto, onde as mesmas recebem as primeiras noções acerca de desenvolvimento empresarial, capacitação, gestão de finanças, visão mercadológica e fundamentos para negociação. Além disto, a Incubadora do INPA busca parcerias que possibilitem a viabilização de projetos, práticas e acompanha todas as variáveis relativas ao crescimento da empresa incubada.

O avanço dos conhecimentos sobre a Amazônia tem mostrado que é possível conciliar desenvolvimento e floresta em pé. Para isso, é prioritário valorar ambiental e economicamente seus recursos naturais. O novo modelo deve usar o patrimônio natural sem destruí-lo, atribuindo valor à floresta para que os bens produzidos a partir dela possam competir com outras *commodities*. Diversos setores podem ser beneficiados com os resultados das pesquisas, direcionadas aos recursos da floresta.

***Manaus, Amazonas, Brasil, julho de 2014***